

DANIEL EDUARDO CARNACCHIONI

# CURSO DE **DIREITO CIVIL**

Teoria Geral das  
Obrigações e dos Contratos  
— Institutos Fundamentais

*Prefácio*

LUIS FELIPE SALOMÃO

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

**CURSO DE DIREITO CIVIL**  
**Teoria Geral das Obrigações e dos Contratos**  
*Institutos fundamentais*

DANIEL EDUARDO CARNACCHIONI

© desta edição [2014]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

GISELLE TAPAI  
*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT  
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)  
Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)  
Visite nosso *site*: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [10-2013]

Universitário Texto

Fechamento desta edição  
[04-10-2013]



ISBN 978-85-203-4987-8

# SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR .....	7
PREFÁCIO – LUIS FELIPE SALOMÃO .....	11

## PARTE I

### TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

#### CAPÍTULO 1

##### INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1.1 Noções gerais .....	27
1.2 Obrigação e novos horizontes .....	30
1.3 Direito das obrigações sob a perspectiva constitucional .....	34
1.4 Características do direito das obrigações no novo sistema civil pautado em princípios .....	36
1.5 Diferenças entre o sistema de regras e princípios .....	38
1.6 Obrigação como um processo .....	46

#### CAPÍTULO 2

##### OBRIGAÇÕES: ESTRUTURA, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

2.1 Conceito de obrigação no sentido técnico jurídico .....	49
2.2 Definições doutrinárias sobre obrigação .....	54
2.3 Elementos essenciais e estruturais da obrigação (elementos constitutivos da obrigação) .....	54
2.3.1 Elemento subjetivo .....	55
2.3.2 Elemento objetivo .....	56
2.3.3 Vínculo jurídico .....	58
2.3.4 Elementos essenciais e estruturais da obrigação (sujeitos, prestação e vínculo jurídico), agregados aos valores sociais constitucionais que integram o conteúdo da relação obrigacional material .....	60

2.4	Obrigações e deveres morais .....	60
2.5	A questão da prisão civil como consequência do não cumprimento da obrigação.....	61
2.6	Superação da dicotomia clássica entre o direito das obrigações e os direitos reais (situações híbridas).....	66
2.6.1	Situações híbridas .....	69
2.6.1.1	Obrigações <i>propter rem</i> .....	69
2.6.1.2	Ônus reais .....	69
2.6.1.3	Obrigações com eficácia real .....	70
2.7	Obrigações <i>propter rem</i> .....	70
2.8	A relação das obrigações com os direitos da personalidade.....	73
2.9	Fontes das obrigações.....	76

## CAPÍTULO 3

## MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES:

## QUANTO AO OBJETO

3.1	Introdução.....	79
3.2	Obrigações de dar coisa certa .....	81
3.2.1	Considerações preliminares.....	81
3.2.2	Conceito e características da obrigação de dar coisa certa .....	83
3.2.3	Perda ou deterioração do objeto da prestação na obrigação de dar coisa certa .....	86
3.2.3.1	Perda (perecimento) da coisa na obrigação de dar propriamente dita .....	87
3.2.3.2	Deterioração (perecimento parcial) da coisa na obrigação de dar propriamente dita .....	89
3.2.3.3	A questão da tradição, dos melhoramentos e acrescidos nas obrigações de dar propriamente ditas (transferência de domínio ou transmissão de posse).....	91
3.2.3.4	Perda (perecimento) da coisa na obrigação de dar que implica restituição.....	94
3.2.3.5	Deterioração (perecimento parcial) da coisa na obrigação de dar que implica restituição .....	95
3.2.3.6	Melhoramentos na coisa objeto da prestação na obrigação de restituir.....	96
3.3	Obrigações de dar coisa incerta.....	100
3.3.1	Considerações preliminares.....	100
3.3.2	Conceito e características da obrigação de dar coisa incerta.....	100

3.4	Obrigação de fazer.....	104
3.4.1	Obrigação de fazer – características. Fungíveis e personalíssimas.....	105
3.4.2	Consequências do inadimplemento da obrigação de fazer, fungível e infungível.....	109
3.5	Obrigação de não fazer .....	111
3.5.1	Obrigação de não fazer e inadimplemento .....	112
3.5.2	Obrigação de não fazer e teoria da mora.....	114

#### CAPÍTULO 4

##### CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES: OBJETIVA E SUBJETIVA

4.1	Introdução sobre a classificação das obrigações – Em relação à unicidade ou pluralidade do objeto (simples e complexas) e à pluralidade dos sujeitos.....	115
4.2	Classificação em relação ao objeto.....	116
4.2.1	Obrigação complexa cumulativa.....	116
4.2.2	Obrigação complexa alternativa (ou disjuntiva) .....	117
4.2.2.1	Escolha.....	119
4.2.2.2	Obrigações alternativas e impossibilidade das prestações.....	122
4.3	Obrigações complexas facultativas.....	124
4.4	Classificação em relação aos sujeitos .....	126
4.4.1	Obrigação fracionária .....	127
4.4.1.1	Obrigações solidárias .....	128
4.4.1.2	Obrigações disjuntivas .....	128
4.4.2	Disciplina jurídica das obrigações solidárias.....	128
4.4.2.1	Solidariedade e presunção .....	132
4.4.2.2	Solidariedade ativa .....	134
4.4.2.3	Solidariedade passiva .....	139
4.5	Disciplina jurídica das obrigações divisíveis e indivisíveis .....	150
4.5.1	Indivisibilidade e consequências: pluralidade de devedores ou de credores .....	154
4.5.2	Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade .....	157

#### CAPÍTULO 5

##### CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO CONTEÚDO E EXIGIBILIDADE

5.1	Introdução.....	159
5.2	Obrigações de meio, resultado e garantia .....	159

5.2.1	Obrigação de “meio” .....	159
5.2.2	Obrigação de “resultado” .....	160
5.2.3	Obrigação de garantia .....	161
5.3	Obrigações civis e obrigações judicialmente inexigíveis .....	161
5.4	Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas .....	163
5.4.1	Principais e acessórias .....	163
5.4.2	Líquidas e ilíquidas .....	164
5.5	Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; Obrigações simples, condicionais, a termo e modais .....	165

## CAPÍTULO 6

### TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES – CESSÃO DE CRÉDITO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

6.1	Introdução .....	167
6.2	Cessão de crédito .....	169
6.2.1	Conceito e noções gerais .....	169
6.2.2	Restrições à cessão de crédito .....	171
6.2.2.1	Cessão parcial ou total e cessão de acessórios .....	173
6.2.2.2	Cessão e formalidade .....	174
6.2.2.3	Cessão: natureza jurídica e objeto .....	177
6.2.2.4	Cessão de crédito e a figura do “devedor” cedido .....	180
6.2.2.5	Cessão de crédito e oponibilidade das exceções pessoais .....	182
6.2.2.6	Cessão de crédito e responsabilidade do cedente: cessão onerosa e gratuita .....	183
6.2.2.7	Cessão civil de crédito e a circulação por meio dos títulos de crédito .....	186
6.3	Cessão de débito ou assunção de dívida .....	187
6.3.1	Introdução .....	187
6.3.2	Conceito e características da assunção de obrigação .....	188
6.3.3	Natureza jurídica da assunção de dívida .....	189
6.3.4	Assunção de dívida: modalidades e dinamismo .....	191
6.3.4.1	Assunção cumulativa .....	192
6.3.4.2	Assunção liberatória .....	194
6.3.5	Assunção de dívida e a questão da extinção das garantias (restrita à assunção liberatória) .....	197
6.3.6	Substituição do devedor e invalidação da assunção .....	198

6.3.7	Assunção e exceções pessoais a serem opostas ao credor pelo novo devedor.....	202
6.3.8	Assunção e aquisição de imóvel hipotecado.....	203
6.3.9	Diferença entre a cessão de contrato e os modos tradicionais de transmissão de obrigações (cessão de crédito e assunção de dívida) .....	205

## CAPÍTULO 7

## TEORIA DO ADIMPLEMENTO

7.1	Introdução. Pressupostos subjetivos e objetivos do pagamento .....	209
7.1.1	Introdução .....	209
7.1.2	Natureza jurídica do adimplemento.....	211
7.1.3	Teoria do adimplemento substancial.....	212
7.1.4	Pressupostos subjetivos e objetivos para eficácia do adimplemento .....	214
7.1.4.1	Pressupostos subjetivos.....	214
7.1.4.2	Pressupostos objetivos .....	227
7.2	Pagamento indireto ou especial: Modalidades – Consignação em pagamento. Sub-rogação. Dação em pagamento. Imputação de pagamento. Novação. Compensação. Remissão .....	272
7.2.1	Introdução .....	272
7.2.2	Consignação em pagamento .....	274
7.2.2.1	Introdução e conceito.....	274
7.2.2.2	Natureza jurídica da consignação.....	275
7.2.2.3	Direito subjetivo de consignar e obrigação como processo.....	275
7.2.2.4	Objeto a ser consignado e consignação judicial e extrajudicial .....	277
7.2.2.5	Pressupostos para eficácia da consignação e sua equiparação a pagamento .....	280
7.2.2.6	Pressupostos objetivos e subjetivos para a equiparação da consignação a pagamento .....	281
7.2.2.7	Consignação e prazo .....	286
7.2.2.8	Consignação e lugar .....	287
7.2.2.9	Hipóteses legais de consignação .....	288
7.2.2.10	Consequência da consignação e efeitos do depósito.....	293
7.2.2.11	Depósito e questões processuais relevantes .....	295
7.2.3	Pagamento com sub-rogação .....	301
7.2.3.1	Introdução .....	301

7.2.3.2	Natureza jurídica da sub-rogação e efeitos .....	303
7.2.3.3	Espécies de sub-rogação .....	306
7.2.3.4	Principal efeito da sub-rogação legal e da convencional .....	314
7.2.3.5	Limites da sub-rogação e caráter especulativo .....	315
7.2.3.6	Sub-rogação parcial .....	317
7.2.4	Imputação de pagamento .....	317
7.2.4.1	Introdução .....	317
7.2.4.2	Requisitos para a imputação de pagamento .....	318
7.2.4.3	Espécies de imputação .....	324
7.2.5	Dação em pagamento .....	327
7.2.5.1	Introdução .....	327
7.2.5.2	Requisitos da dação em pagamento .....	328
7.2.5.3	Dação em pagamento e dação em cumprimento .....	330
7.2.5.4	Dação em pagamento e compra e venda .....	331
7.2.5.5	Dação em pagamento e títulos de crédito .....	332
7.2.5.6	Dação em pagamento e evicção .....	332
7.2.6	Novação .....	334
7.2.6.1	Introdução .....	334
7.2.6.2	Conceito .....	334
7.2.6.3	Requisitos para a caracterização da novação .....	336
7.2.6.4	Espécies de novação .....	341
7.2.6.5	Efeitos da novação .....	344
7.2.7	Compensação .....	345
7.2.7.1	Introdução .....	345
7.2.7.2	Espécies de compensação .....	346
7.2.7.3	Pressupostos para a compensação legal .....	348
7.2.7.4	Impossibilidade da compensação legal devido à causa ..	354
7.2.7.5	Regras especiais sobre a compensação .....	354
7.2.8	Confusão .....	356
7.2.9	Remissão .....	359
7.2.9.1	Requisitos para a remissão .....	359
7.2.9.2	Formalidades da remissão .....	360
7.2.9.3	Remissão expressa e tácita, gratuita e onerosa .....	360
7.2.9.4	Remissão limitada à garantia da dívida .....	361
7.2.9.5	Remissão e solidariedade .....	362



## CAPÍTULO 8

## TEORIA DO INADIMPLEMENTO – PARTE I

8.1	O inadimplemento e a obrigação como processo.....	363
8.2	A questão da obrigação e os deveres jurídicos.....	364
8.3	A teoria do inadimplemento e o ato ilícito.....	366
8.3.1	A questão do ilícito contratual ou do inadimplemento.....	366
8.4	O inadimplemento e a causa: a questão da imputabilidade.....	369
8.5	Espécies de Inadimplemento.....	370
8.5.1	Inadimplemento absoluto; relativo (teoria da mora) e violação positiva do contrato (princípio da boa-fé objetiva).....	370
8.5.2	Inadimplemento absoluto.....	371
8.5.2.1	Teoria do adimplemento substancial e inadimplemento absoluto em parcela mínima.....	374
8.5.2	Inadimplemento relativo.....	375
8.5.2.1	Conceito e caracterização da mora e a <i>mora solvendi</i> (devedor).....	375
8.5.2.2	Exigibilidade da prestação e constituição em mora.....	379
8.5.2.3	Efeitos da mora do devedor ou <i>mora solvendi</i> .....	382
8.5.2.4	Mora do credor ou <i>mora accipiendi</i> : caracterização e efeitos.....	386
8.5.2.5	Purgação e cessação da mora.....	389
8.5.3	O inadimplemento imputável e o inadimplemento fortuito.....	390
8.5.4	A violação positiva do contrato como espécie do gênero inadimplemento.....	393

## CAPÍTULO 9

## TEORIA DO INADIMPLEMENTO – PARTE II

9.1	Introdução.....	397
9.2	Perdas e danos: noção geral.....	399
9.2.1	Elementos constitutivos das perdas e danos: dano emergente e lucro cessante – dano material ou dano patrimonial.....	401
9.2.2	A teoria da perda de uma chance.....	404
9.2.3	As perdas e danos e as obrigações de prestar dinheiro: disciplina específica.....	409
9.2.4	Dano moral: conceito.....	411
9.2.4.1	Dano moral decorrente de inadimplemento contratual.....	414

9.2.4.2	Cumulação do dano moral com dano material .....	415
9.2.4.3	Dano moral e dano estético .....	416
9.2.4.4	Dano moral e pessoa jurídica.....	418
9.2.4.5	Dano moral coletivo: possibilidade?.....	418
9.2.4.6	Arbitramento e finalidade do dano moral – critérios e requisitos .....	423
9.2.4.7	O dano moral por abandono socioafetivo .....	427
9.3	As perdas e danos e as teorias sobre nexo de causalidade.....	429
9.3.1	A questão da solidariedade na responsabilidade contratual .....	435
9.4	A teoria dos juros de mora no Código Civil .....	436
9.4.1	Os juros e a questão da prova do prejuízo.....	440
9.4.2	Questões relevantes sobre a história dos juros no Brasil e pontos fundamentais sobre os juros compensatórios. Juros. Agentes políticos. Agentes privados. Relações de Poder. Eleições. Intenção dos agentes políticos. Judiciário. Funcionamento do governo e juros ..	441
9.4.2.1	Introdução .....	441
9.4.2.2	Os juros no Brasil, a evolução da legislação e as relações de poder .....	443
9.4.2.3	Os Juros e as suas nuances na atualidade em relação à capitalização.....	452
9.4.2.4	Os juros e os políticos legisladores .....	456
9.4.3	Juros moratórios e incidência .....	459
9.5	A teoria da cláusula penal: conceito e introdução .....	461
9.5.1	Introdução .....	461
9.5.2	Natureza jurídica da cláusula penal .....	463
9.5.2.1	Caráter acessório da cláusula penal .....	465
9.5.3	Hipótese de incidência da cláusula penal – A questão da culpa .....	468
9.5.4	Cláusula penal – Inadimplemento absoluto e relativo – Total e parcial.....	470
9.5.5	Cláusula penal – Espécies – Compensatória e moratória .....	471
9.5.5.1	Cláusula penal compensatória .....	471
9.5.5.2	Cláusula penal moratória .....	475
9.5.6	Limites da cláusula penal.....	476
9.5.7	Redução equitativa e a função social da cláusula penal .....	480
9.5.8	Cláusula penal e a divisibilidade ou indivisibilidade da obrigação .....	487
9.5.9	Cláusula penal e vinculação a prejuízo .....	488
9.5.10	Cláusula penal e indenização suplementar .....	489
9.5.11	Cláusula penal e institutos afins.....	492

9.6	Arras.....	494
9.6.1	Introdução .....	494
9.6.2	Espécies de arras: confirmatórias e penitenciais.....	496
9.6.3	Crítica à classificação tradicional .....	501

## PARTE II

### TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

#### CAPÍTULO 1

##### NOÇÕES GERAIS SOBRE CONTRATO. CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1.1	Noções gerais do contrato – Considerações preliminares .....	505
1.2	Contrato e teoria geral do fato jurídico .....	507
1.3	Contrato e negócio jurídico.....	509
1.4	Autonomia da vontade e autonomia privada (relevância para a teoria contratual) .....	512
1.5	Contrato – Conceito e evolução histórica.....	518
1.5.1	Modelo romano de contrato (tentativa de superação das formalidades) .....	520
1.5.2	Modelo do contrato na Idade Média – Contrato medieval.....	521
1.5.3	Modelo liberal – contrato ( <i>consagração</i> do consensualismo) .....	524
1.5.4	Modelo – Estado social e democrático – Contrato.....	531

#### CAPÍTULO 2

##### PRINCÍPIOS CONTRATUAIS – CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS

2.1	Introdução.....	537
2.2	Autonomia da vontade .....	539
2.3	Obrigatoriedade ( <i>pacta sunt servanda</i> ).....	541
2.4	Relatividade dos contratos.....	545
2.5	Princípio do consensualismo .....	546
2.6	Princípios contemporâneos (Função social dos contratos e boa-fé objetiva – tutela da confiança) .....	547
2.6.1	Contrato e o princípio da função social.....	547
2.6.2	A função social como causa do contrato.....	550
2.6.3	A função social e os limites à autonomia privada .....	551
2.6.4	A função social e a sua relação com os princípios clássicos .....	552

2.6.5	Função social: eficácia interna e externa do contrato .....	553
2.6.5.1	Interesses transindividuais .....	555
2.6.5.2	Terceiro ofendido .....	556
2.6.5.3	Terceiro ofensor.....	559
2.6.6	Princípio da boa-fé objetiva e tutela da confiança como direito fundamental .....	562
2.6.7	<i>Duty to mitigate the own loss</i> .....	567
2.6.8	Princípio do equilíbrio contratual ou equivalência material .....	569

### CAPÍTULO 3

#### FORMAÇÃO DOS CONTRATOS PARITÁRIOS. FASES DE FORMAÇÃO

3.1	Formação dos contratos – Considerações preliminares .....	573
3.1.1	Negociações preliminares .....	575
3.1.2	Proposta.....	579
3.1.2.1	Requisitos da proposta .....	579
3.1.2.2	Proposta ao público.....	580
3.1.3	Proposta e vinculação: regras e exceções.....	582
3.1.3.1	A questão da morte do proponente antes da resposta ....	586
3.1.4	Aceitação .....	588
3.1.4.1	Aceitação sem eficácia jurídica .....	589
3.1.4.2	Retratação do aceitante .....	590
3.1.4.3	Aceitação e contrato entre ausentes.....	591
3.1.5	Lugar da celebração do contrato .....	594

### CAPÍTULO 4

#### CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS: CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL

4.1	Classificação dos contratos quanto à formação ou ao momento de aperfeiçoamento.....	597
4.1.1	Contratos consensuais, formais e reais.....	597
4.2	Classificação dos contratos quanto aos efeitos (direitos e deveres das partes) .....	605
4.2.1	Contrato bilateral.....	605
4.2.2	Contrato unilateral .....	606
4.2.3	Contrato bilateral imperfeito .....	607
4.2.4	Distinção entre contratos bilaterais e unilaterais – Relevância .....	610

4.3	Classificação dos contratos quanto à reciprocidade de vantagens e sacrifícios: contratos onerosos e gratuitos ou benéficos .....	612
4.4	Classificação dos contratos quanto à previsão do resultado: contratos comutativos e aleatórios .....	615
4.4.1	Contratos comutativos .....	615
4.4.2	Contratos aleatórios.....	616
4.4.2.1	Contratos aleatórios e origem.....	619
4.4.2.2	Contratos aleatórios e as disposições da teoria geral dos contratos .....	620
4.4.2.3	Assunção de risco pela existência de coisa ou fato futuro .....	620
4.4.2.4	Assunção de risco pela quantidade de coisa futura .....	621
4.4.2.5	Contrato aleatório e risco pela existência de coisa atual .....	622
4.4.2.6	Questões relevantes sobre os contratos comutativos e aleatórios.....	624
4.5	Classificação dos contratos quanto ao método de contratação: contratos paritários e contratos de adesão .....	625
4.6	Contratos típicos e atípicos (classificação quanto à previsão legal) .....	630
4.7	Contratos principais e acessórios (ao modo por que existem) .....	632
4.8	Contratos pessoais (ou <i>intuitu personae</i> ) e impessoais .....	633
4.9	Contratos solenes e não solenes (classificação quanto à forma) .....	636
4.10	Contratos instantâneos e de longa duração (classificação quanto ao momento de execução) .....	637
4.11	Contratos de consumo .....	640

## CAPÍTULO 5

### CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS: MODELOS CONTEMPORÂNEOS

5.1	Contrato com pessoa a declarar: considerações preliminares .....	649
5.2	Contrato com pessoa a declarar ou da cláusula de reserva .....	650
5.2.1	Formalidade da nomeação .....	652
5.2.2	Eficácia retroativa da nomeação do terceiro .....	653
5.2.3	Eficácia do contrato apenas entre os contratantes originários .....	656
5.3	Contrato tipo.....	657
5.4	Contratos individuais, coletivos e acordos normativos .....	658
5.5	Contratos coativos e necessários .....	660
5.6	Contratos relacionais .....	661
5.7	Contratos derivados .....	666
5.8	Contratos mistos e coligados.....	668

5.9	Contratos existenciais e comunitários.....	678
5.10	Contratos ilícitos.....	679

## CAPÍTULO 6

### CONTRATO PRELIMINAR – PROMESSA DE CONTRATO

6.1	Introdução e considerações preliminares: Evolução histórica e regulamentação no ordenamento jurídico brasileiro .....	681
6.1.1	Contrato preliminar e contrato definitivo .....	683
6.1.2	Contrato preliminar e natureza jurídica.....	684
6.1.3	Definição de contrato preliminar .....	685
6.1.4	Objeto.....	685
6.1.5	Contrato preliminar e negociações preliminares.....	686
6.1.6	Pressupostos e requisitos .....	687
6.1.7	A questão do contrato preliminar e registro .....	690
6.1.8	O registro e a questão do disposto no art. 1.418 do CC .....	691
6.1.9	Modalidades: contrato preliminar bilateral e contrato preliminar unilateral .....	694
6.1.10	Efeitos jurídicos: adimplemento e inadimplemento.....	694
6.1.11	A questão da promessa de doação como espécie de contrato preliminar .....	700
6.1.12	Outorga uxória, falecimento de uma das partes e contrato preliminar próprio e impróprio.....	703

## CAPÍTULO 7

### RELATIVIDADE DOS CONTRATOS – ESTIPULAÇÃO E PROMESSA

#### EM FAVOR DE TERCEIRO

7.1	Considerações preliminares .....	705
7.2	Estipulação em favor de terceiro.....	707
7.2.1	Introdução .....	707
7.2.2	Natureza jurídica .....	709
7.2.2.1	Teoria da oferta.....	709
7.2.2.2	Teoria da gestão de negócios.....	710
7.2.2.3	Teoria da declaração unilateral.....	710
7.2.2.4	Teoria do contrato <i>sui generis</i> .....	711

7.2.3	O Código Civil e a estipulação em favor de terceiro: características do instituto .....	712
7.2.4	Contratos que podem caracterizar estipulação em favor de terceiro .....	716
7.3	Promessa de fato de terceiro .....	716
7.3.1	Introdução .....	716
7.3.2	Natureza jurídica .....	717
7.3.3	Estrutura jurídica da promessa de fato de terceiro.....	718
7.3.4	Hipótese especial de exclusão da responsabilidade do promitente .....	722

## CAPÍTULO 8

### CONTRATOS E GARANTIAS LEGAIS.

#### TEORIA DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS E TEORIA DA EVICÇÃO

8.1	Teoria dos vícios redibitórios.....	725
8.1.1	Considerações preliminares.....	725
8.1.2	Fundamento dos vícios redibitórios e da garantia. Natureza jurídica do instituto .....	726
8.1.3	Elementos constitutivos e conceito de vício redibitório.....	728
8.1.4	Ciência do contratante/alienante a respeito do vício e consequência .....	736
8.1.5	Efeitos dos vícios redibitórios: ações edilícias .....	738
8.1.6	A questão dos vícios redibitórios relativos às coisas adquiridas em hasta pública .....	739
8.1.7	Prazos de decadência legal para as ações edilícias .....	740
8.1.8	Prazos de garantia e de decadência convencional.....	745
8.1.9	Vícios redibitórios: dispositivos específicos.....	747
8.1.10	Vícios redibitórios no CC e no CDC .....	749
8.1.11	Diferença entre erro e vício redibitório.....	751
8.2	Evicção.....	752
8.2.1	Considerações preliminares.....	752
8.2.2	Evicção e teoria geral do contrato (a questão dos contratos onerosos e o contrato de compra e venda) .....	752
8.2.3	Contorno jurídico da evicção.....	754
8.2.4	Questão da posse originária e da posse derivada (posse civil e natural) e sua relação com a evicção.....	755
8.2.5	Conceito e requisitos essenciais para a consumação da evicção ....	758
8.2.6	A questão da responsabilidade civil do alienante e a cláusula de não indenizar .....	763

8.2.7	Responsabilidade do alienante e deterioração da coisa .....	769
8.2.8	Evicção e benfeitorias .....	770
8.2.9	Espécies de evicção: evicção total e parcial.....	771
8.2.10	Evicção expropriatória e hasta pública.....	772
8.2.11	Aspectos processuais da evicção .....	774
8.2.12	Evicção lícita e evicção invertida.....	779
8.2.13	Evicção reivindicatória (resulta de sentença), expropriatória e resolutória (aquisição do vendedor se resolve por estar subordinada a uma condição resolutiva). A evicção no direito sucessório. A evicção e dação em pagamento. A evicção na doação. A evicção no contrato de transação. A evicção no direito empresarial.....	780

## CAPÍTULO 9

### EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

9.1	Introdução – Causas de extinção dos contratos .....	783
9.2	Causas de extinção .....	783
9.2.1	Adimplemento.....	783
9.2.2	Outras causas de extinção (a título de exemplo): arrependimento; falecimento do contratante; invalidade; extinção por vício redibitório; condição, resilição e resolução .....	785
9.2.3	Resilição .....	789
9.2.4	Resolução .....	799
9.2.4.1	Resolução por onerosidade excessiva: teoria da imprevisão .....	813
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	825
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	829